

## ATA Nº 170

Aos três dias do mês de dezembro de dois mil e quatorze, às oito horas e trinta minutos, na Secretaria de Assistência Social, na Rua João Rodrigues Martins, reuniu-se ordinariamente o Conselho Municipal de Assistência Social, sob a presidência de Marilene Mendes Vicente, com auxílio da secretária executiva Josiane de Oliveira Valgas, sendo que estiveram presentes os seguintes representantes: Rodrigo de Oliveira Mendonça (Secretaria de Administração), José Eduardo Bittencourt (CEACA), Rosilene Costa Antônio (APAE), Maria Ivonete Santos Romualdo (Secretaria de Educação), Pedro Borges (Secretaria de Indústria e Comércio), Cleide Agostinho (Secretaria de Assistência Social), Graça da Silva (Trabalhador do Setor). Inicialmente foi explicado que as entidades deverão entregar neste Conselho o Plano de Ação para o ano de dois mil e quinze, sendo que ficou combinado que entregarão até início de fevereiro do mesmo ano. Também ficou acordado que entregarão o relatório de gestão do ano de dois mil e quatorze início de fevereiro. Os conselheiros presentes foram informados pela assessora Elizabeth que a partir de julho de dois mil e quinze as subvenções destinadas às entidades ocorrerão através de chamada pública, será através de lei federal **nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014**, que entrará em vigor a partir de julho de dois mil e quinze. Os conselheiros foram informados sobre o Memorando Interno da Prefeitura, que até dia quinze de fevereiro de dois mil e quinze os Conselhos Municipais deverão encaminhar suas atas salientando sobre as prestações de contas do ano de dois mil e quatorze. Portanto, ficou decidido que início de fevereiro seria realizado a reunião para prestação de contas do último trimestre (outubro, novembro e dezembro de dois mil e quatorze). Posteriormente foi esclarecido através da assessora técnica Elizabeth sobre as Resoluções dos benefícios eventuais circunstanciais, sendo que ficou decidido pelo Conselho que a resolução seria definida em fevereiro de dois mil e quinze, já que houve discussão se deverá ser aplicado corte de renda ou não. Todos concordaram. Por último, houve a explicação sobre pendências das prestações de contas em trimestres anteriores, já que não eram claro as ordens de fornecimento do uso de transportes. Foi esclarecido pela funcionária Selma da Secretaria de Administração que as cotas relacionadas a viagens não saem do Fundo específico da Secretaria de Indústria e Comércio, por exemplo, já que naquele mês houveram várias viagens para aquela Secretaria, tendo em vista ter saído do Fundo de Assistência Social. Portanto, ficou esclarecido que para o ano de dois mil e quinze não ocorrerá mais o fato de não sair cotas de outras Secretarias e sim sair de um único Fundo, já que uma secretaria está arcando com gastos de outra secretaria. O conselheiro Pedro explanou sua preocupação em relação a estes gastos que nem sequer foram para a Secretaria de Assistência Social. Nada mais a se tratar encerrou-se a reunião e eu Josiane de Oliveira Valgas lavei a presente ata que segue assinada pelos demais.